

MERIDIANO 47

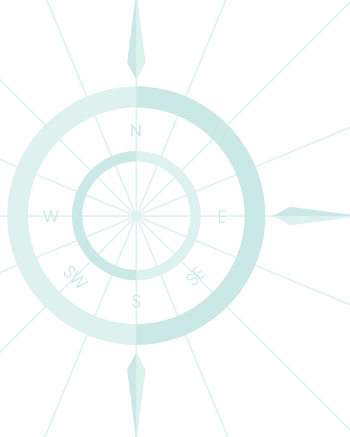


INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Volume 11 – Nº 121 – Setembro-Outubro – 2010



SUMÁRIO

- 3 O Lobby de Israel e o primeiro ano da administração Obama**
The Israel Lobby and the first year of Obama's Administration
LUIZA RODRIGUES MATEO
- 11 Do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné: a busca americana pela segurança energética**
From Persian Gulf to Guinean Gulf: the american search to go energetic security
JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE
- 16 Explicando o sistema CCR-ALADI: um caminho possível para a integração financeira e comercial e as intenções do Brasil**
Explaining the CCR-ALADI System: a possible path toward financial and commercial integration and the Brazil's intentions
RODRIGO MASCHION ALVES
- 21 China – Década de 1980, abertura para um universo de influência cultural do "Império do Centro"**
China – the 80s decade – the opening up to a universe of cultural influence from the Empire of the Center
PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO

Meridiano 47 é uma publicação bimensal em formato digital do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) dedicada a promover a reflexão, a pesquisa e o debate acadêmico sobre os temas da agenda internacional contemporânea.

© 2000-2010 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

Política Editorial

O *Boletim Meridiano 47* publica contribuições inéditas de professores e pesquisadores, na forma de artigos científicos focados em temas da atualidade internacional e estudos de áreas geográficas e resenhas de livros.

Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o *Boletim* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental e nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros.

Meridiano 47 é uma publicação bimensal, publicada em formato digital. O *Boletim* publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de Relações Internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (*blind review*). A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

Como contribuir

1. O *Boletim* publica artigos científicos e resenhas de livros;
2. Os artigos devem conter entre 20 mil e 25 mil caracteres (incluindo espaços) e as resenhas de livros devem conter cerca de 6 mil caracteres (espaços inclusive);
3. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
4. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do texto;
5. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
6. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
7. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
8. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 *key words* em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e *abstract* em inglês, ambos com até 50 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (*blind review*). Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 15 (quinze) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site do *Boletim* (<http://www.meridiano47.info>) e depois consolidados na edição em formato pdf, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se fazem por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>.

Indexação

Os artigos publicados neste veículo estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços internacionais / Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in the following international services:

Academic One File – Gale Cengage Learning, Academic Search Complete, Bielefeld Academic Search Engine (BASE), DataÍndice, Directory of Open Access Journals, Fonte Acadêmica, Fuente Acadêmica, Fuente Acadêmica Premier, Geodados, Informe Académico – Cengage Gale Learning, Latindex -Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal, Mundorama – Divulgação Científica em Relações Internacionais, Sumários de Revistas Brasileiras, TOC Premier, Ulrich's Periodicals Directory, World Affairs Online – German Institute for International and Security Affairs.

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Carlos Eduardo Vidigal, Antônio Jorge Ramalho da Rocha

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial

Amine Ait-Chaalal (Université Catholique de Louvain, Bélgica), Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília, Brasil), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Carlos Milani (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista, Brasil), Eugênio Diniz (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília, Brasil), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília, Brasil), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), Jean Daudelin (Carleton University, Canadá), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil), Lincoln Bizzozero (Universidad de la República, Uruguai), Marcelo Coutinho (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Marcelo de Almeida Medeiros (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil), Marcos Guedes de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo, Brasil), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil), Rafael Duarte Villa (Universidade de São Paulo, Brasil), Virgílio Caixeta Arraes (Universidade de Brasília, Brasil).

O Lobby de Israel e o primeiro ano da administração Obama

The Israel Lobby and the first year of Obama's Administration

Luiza Rodrigues Mateo*

Meridiano 47 vol. 11, n. 121, set.-out. 2010 [p. 3 a 10]

Este artigo tem como marco teórico a reflexão de Stephen Walt e John Mearsheimer sobre o Lobby de Israel, tanto em seu artigo seminal de 2006 como no livro *"The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy"* (2007), e a grande polêmica desencadeada sobre a influência de organizações e intelectuais pró-Israel na formulação da política externa dos Estados Unidos (EUA), sobretudo para o Oriente Médio. O foco do artigo consistiu na sistematização do pensamento dos autores neo-realistas sobre a questão do Lobby na atual administração norte-americana. Pretende-se, em primeira instância, definir o que Walt e Mearsheimer chamam de Lobby de Israel, delimitando seus atores, sua metodologia e sua incidência sobre a recente política internacional norte-americana. Num segundo momento, o foco será apurar a atualidade dos argumentos de Walt e Mearsheimer para o quadro de relações entre EUA e Israel a partir de 2009. Ou seja, rastrear como ambos avaliam a estratégia de Barack Obama para a Agenda de "dois Estados" no conflito entre Israel e Palestina, a reação do Lobby à retórica oficial de Obama, Hillary Clinton e George Mitchell¹, e a incidência do mesmo sobre um Capitólio com maioria Democrata.

Note-se que a transição de Bush para Obama representou a queda para o segundo plano de grupos políticos tradicionalmente ligados à causa israelense, como os neoconservadores e a Direita Cristã. Por outro lado, a administração democrata já em seu início sofre corrosão do seu capital político, em decorrência de fatores críticos como a crise financeira (e o maior índice de desemprego das últimas décadas) e conflito de interesses em torno da Agenda doméstica (a reforma no sistema de saúde e futuramente o sistema fiscal e a política migratória). Mais interessante para os fins aqui almejados, no plano externo as pressões sobre o presidente Obama foram catalisadas justamente pela situação do Oriente Médio, devido à presença prolongada das tropas americanas no Iraque e Afeganistão, à ameaça nuclear no Irã de Ahmadinejad, e à própria irresolução da situação palestina. Estes tópicos certamente virão à tona nas eleições que renovarão parte do Congresso americano no segundo semestre de 2010.

Entendendo o lobby de Israel

Os EUA tiveram notável importância na formação do Estado de Israel em 1948, com grande apoio da administração Truman. Seguiram, porém, desengajados na década posterior e voltaram à cena como "responsáveis pela evacuação da península do Sinai em 1957, modificaram sua percepção da influência de Israel após os eventos de 1958, quase evitaram a guerra em 1967 e se tornaram o principal aliado israelense na disputa com os países árabes alinhados com a União Soviética." (FELDBERG, 2008, p. 21) A politização do movimento pan-arabista promovida pela liderança egípcia de Nasser teria unido, na visão americana, as pautas do Oriente Médio e da Guerra Fria, pois a região passa a compor parcela da estratégia de contenção.

* Mestranda em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação San Thiago Dantas – PUC-SP/Unicamp/UNESP e pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos sobre Estados Unidos – INEU (luizamato@hotmail.com).

1 Respectivamente a Secretária de Estado e o enviado especial o Oriente Médio na administração Obama.

Desde 1973, o apoio americano a Israel deriva do entendimento de que a vulnerabilidade deste frente ao conturbado Oriente Médio poderia levar à utilização do arsenal nuclear israelense. Os EUA passam, então, a fornecer regularmente armas, e seu respectivo financiamento, para o Estado judeu. Após o arrefecimento das tensões bipolares, os EUA voltam à região no início dos anos 90 para expulsar o Iraque do Kuwait. Além de fazer parte de coalizão multinacional, os EUA exerceram forte pressão para que Israel não retaliasse as provocações iraquianas, adentrando na Guerra do Golfo e possivelmente desequilibrando a então situação de alianças. Para Samuel Feldberg (2008, p.22), Israel teria ocupado papel secundário para a política externa americana, mesmo durante a Guerra Fria, já que este não se convertera em repositório para equipamentos militares ou servira à construção de bases americanas em seu território. Tony Judt, por outro lado, afirma que Israel teria cumprido, ao longo das últimas décadas, diferentes estágios na programação estratégica dos EUA.

Quando da criação do Estado judeu, no pós Segunda Guerra Mundial, a memória do holocausto arrebatou grande simpatia popular norte-americana, o que se soma à percepção, durante a Guerra Fria, de que Israel era um aliado indispensável no equilíbrio de poder no Oriente Médio. Com o fim da ameaça comunista e a ascensão de outros pólos de poder, principalmente econômico, o peso estratégico migra para regiões como a Ásia. Por fim, o intrincado cenário atual traz a relação especial entre EUA e Israel como um entrave às relações internacionais norte-americanas, minando o diálogo com blocos importantes, como as comunidades árabe e mulçumana, e portanto a própria legitimidade da liderança dos EUA. (JUDT, 2006)

Em seu artigo seminal, Walt e Mearsheimer (2006) definem a relação EUA-Israel como central para a política norte-americana no Oriente Médio. A atuação do Lobby de Israel constrói a percepção de que os interesses estratégicos entre os dois Estados são idênticos, e de que os valores compartilhados fazem da relação EUA-Israel a “mais especial de todas” e uma “relação de família da política internacional”. Sendo o maior destino da ajuda externa americana, Israel receberia cerca de US\$3 bilhões em parcela única no início do ano fiscal, sem necessidade de prestar contas e com afrouxamento das condicionantes para gastos militares. O apoio diplomático permanente se percebe pelos vetos a causas prejudiciais a Tel Aviv no Conselho de Segurança da ONU. Muitos seriam os canais de expressão da política pró-israelense direcionada por uma frouxa coalizão de indivíduos e organizações que compõe o Lobby. Dentre estes se destacam o *American-Israel Public Affairs Committee* (Aipac), o *Washington Institute for Near Est Policy* (Winep), neoconservadores, cristãos evangélicos e sionistas cristãos².

O Lobby de Israel não seria diferente de outros *lobbies*, como o da agricultura, do tabaco ou mesmo *lobbies* étnicos. Os meios de influência envolvem: pressão sobre o Congresso e o Executivo, a mobilização de eleitores e doação de dinheiro para campanhas de candidatos pró-Israel, formação de quadros políticos e atuação em *campi* universitários, *think tanks* como o Winep³, controle da opinião pública e da mídia, coordenação com lideranças israelenses e pronta resposta às críticas em relação a Israel (através, por exemplo, de campanhas de redação de cartas e manifestações públicas).

Dentre outros mecanismos de coação pública, Walt e Mearsheimer destacam a acusação de anti-semitismo como importante ferramenta para calar os opositores do Lobby e direcionar o discurso oficial para seu lado. A influência do Aipac no Executivo, por sua vez, se deve ao relevante papel do eleitorado judeu e de suas doações em campanhas presidenciais, que podem chegar a somar 60% do orçamento para ambos os partidos. A equação se repete no segundo escalão: “[...] qualquer aspirante a um cargo no governo é encorajado a se tornar um franco apoiador de Israel.” (WALT e MEARSHEIMER, 2006, p.53) Segundo Daniel Pipes, o conflito árabe-israelense tem

2 O sionismo cristão é um movimento que apóia Israel por crer que o país representa papel central no cumprimento da profecia bíblica da segunda vinda de Jesus no fim dos tempos. Esta tese é conhecida como pré-milenarismo e tem origem na interpretação literal do Primeiro Testamento.

3 Walt e Mearsheimer apontam também que o Lobby teria presença na *American Enterprise Institute*, na *Brookings Institute*, no *Center for Security Council*, no *Foreign Policy Analysis*, na *Heritage Foundation*, *Hudson Institute* e no *Jewish Institute for National Security Affairs*. (2006, p. 58)

grande peso eleitoral e ajuda a definir ideologicamente os partidos, ainda que a história aponte para distintos padrões.

De 1948-70, a simpatia por Israel coube aos Democratas (ênfase nos laços culturais) e os Republicanos tendiam a desprezar o Estado fraco e com pequeno potencial estratégico. No pós Guerra dos Seis dias, Israel passa ao patamar de potência militar e aliado proveitoso, e a simpatia republicana cresce nas décadas de 70 e 80. Ao final da Guerra Fria, o alinhamento político e religioso entre Israel e o Partido Republicano se aprofunda, e a causa palestina fica a isolada como uma bandeira das esquerdas. Este panorama é ilustrado por pesquisa do *Gallup* segundo o qual 72% dos republicanos e 47% dos democratas simpatizam mais com os israelenses do que com os árabes palestinos. (PIPES, 2006)

Na administração Clinton houve um predomínio de apoiadores a Israel, dentre eles Martin Indyk, Dennis Ross e Aaron Miller, situação anda mais pronunciada com a equipe de W. Bush, com Elliot Abrams, John Bolton, Douglas Feith, “Scooter” Libby, Richard Perle, Paul Wolfowitz e David Wurmser. Estes teriam sustentado a política externa dos EUA para o Oriente Médio (Iraque, Síria e Irã), exercendo fator “decisivo” no ataque ao país de Saddam Hussein em 2003, por deduzirem que potencial militar não-convencional do Iraque ameaçava Israel e os EUA. (WALT e MEARSHEIMER, 2006, p.63) A própria inteligência israelense teria ajudado na elaboração dos relatórios sobre o arsenal iraquiano, engrossando a antiga pressão⁴ pelo endurecimento dos EUA com seus rivais árabes na região.

“Dada a dedicação dos neoconservadores a Israel, sua obsessão com o Iraque e sua influência no governo Bush, não é de surpreender que muitos americanos suspeitassem que a guerra tinha por objetivo promover os interesses israelenses.” (WALT e MEARSHEIMER, 2006, p.67) Após a queda de Saddam, as aspirações israelenses são direcionadas à pressão norte-americana sobre Damasco, além do tradicional temor em relação ao Irã eminentemente nuclear. O coro foi reforçado internamente pelo Lobby e pelos neoconservadores.

Walt e Mearsheimer, representantes da escola neo-realista das Relações Internacionais, assumem postura crítica à manipulação exercida pelo Lobby, justamente porque este distancia a política externa de Washington, pelo menos aquela direcionada ao Oriente Médio, dos interesses nacionais dos EUA. Por exemplo, Israel não seria, para os autores, um aliado viável na guerra ao terror, mas um empecilho – “o apoio incondicional dos EUA a Israel torna mais fácil aos extremistas obter apoio popular e atrair recrutas.” (WALT e MEARSHEIMER, 2006, p.46)

Os EUA, ao apoiarem a expansão dos israelenses nos Territórios Ocupados, se apartam de seus valores⁵ e retardam o desfecho do conflito israelense-palestino. Da mesma forma, a ligação irrestrita entre EUA e Israel obliteraria a perseguição dos interesses nacionais de Tel Aviv: “Até Israel estaria provavelmente melhor se o Lobby fosse menos poderoso e a política externa dos Estados Unidos mais imparcial.” (WALT e MEARSHEIMER, 2006, p.73) “*America’s “special relationship” with Israel has insulated the latter from the consequences of its own follies.*” (WALT, 2010b)

Relações EUA-Israel no governo Obama

Conforme introduzido anteriormente, esta seção tratará dos principais acontecimentos envolvendo EUA e Israel a partir de 2009, sob a perspectiva de John Mearsheimer e Stephen Walt⁶. Em sua eleição, o candidato democrata recebeu grande apoio do eleitorado judeu, do qual obteve 78% dos votos, representando a demanda por uma nova relação com Israel. (FINGUERUT, 2009, p.31) Do outro lado do Atlântico, o eixo conservador que

4 Mesmo dentro dos EUA a meta de desalojar Saddam é perseguida pela Agenda neoconservadora desde o governo Clinton, tendo ganhado impulso pelo clima de guerra ao terror no pós 11 de setembro.

5 Dentre outros, o respeito aos direitos humanos e à democracia e à construção da paz.

6 Barack H. Obama é empossado como 44º presidente dos EUA em 20 de janeiro de 2009.

atualmente lidera a política israelense desencadeou, como ficará explícito nas páginas seguintes, um retrocesso nas negociações pela paz com a Palestina, principalmente depois de repetidas manifestações de continuidade na política de construção de casas nos Territórios Ocupados.

Para Mearsheimer (2009a), o Lobby de Israel continuou exercendo grande influência na gestão Obama, o que se exemplifica pela derrocada da indicação de Charles Freeman par o *National Intelligence Council*. Freeman tem sólida carreira como funcionário público, há mais de trinta anos servindo como oficial do Departamento de Defesa e diplomata, mas se pronunciara contrário à “relação especial” entre EUA e Israel. A indicação acarretou dura crítica de Steven Rosen (membro do Aipac) e atuação tradicional do Lobby no Capitólio, culminando na sua renúncia ao cargo.

All the Republican members of the Senate Intelligence Committee came out against Freeman, as did key Senate Democrats such as Joseph Lieberman and Charles Schumer. [...] It was the same story in the House, where the charge was led by Republican Mark Kirk and Democrat Steve Israel, who pushed Blair to initiate a formal investigation of Freeman's finances. In the end, the Speaker of the House, Nancy Pelosi, declared the Freeman appointment 'beyond the pale'. (MEARSHEIMER, 2009)

A relação com Israel seguiria como *tabu* para aqueles que pleiteiam um cargo público, principalmente na política externa americana. Um dos motivos é a importância da comunidade judaica enquanto bloco financiador e ativo participante do processo eleitoral. “*Barack Obama's pandering to the Israel lobby during the campaign and his silence during the Gaza War show that this is one opponent he is not willing to challenge.*” (MEARSHEIMER, 2010)

Dentre outras, cabe ressaltar a polêmica da “dupla lealdade”, que veio à tona no âmbito do pró-sionismo quando Dennis Ross, acessor de Hillary Clinton para o Golfo Pérsico, se declarou “[...] *far more sensitive to Netanyahu's coalition politics than to U.S. interests.*” Para Walt, a identidade americana, definida sobretudo como um *melting pot*, acomoda múltiplas lealdades (inclusive aquelas ligadas a grupos étnicos). Dirige sua crítica para a projeção do conflito de interesses vinculados a uma lealdade sobre o exercício da gestão pública, o que prejudicaria a perseguição dos interesses nacionais. (WALT, 2010c)

Após pender para o Lobby durante a campanha em 2008 e ter permanecido calado diante do caso Freeman, com o passar do tempo Obama dá alguns sinais de mudança. Como exemplos, é possível citar: a indicação George Mitchell como enviado especial para o Oriente Médio, o pouco caso com o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, que atrasou seu retorno a Israel porque o presidente não pode encontrá-lo durante a reunião do Aipac, e a valorização do mundo mulçumano na Agenda americana. “*Obama has already spoken in one Muslim country (Turkey) and is about to give a major address to the Muslim world from Cairo, after first stopping off in Saudi Arabia, and isn't touching down in Israel on this tour.*” (WALT, 2009a)

Para Walt, estes são apenas marcadores pontuais que, de forma alguma, abalam o argumento de seu livro sobre a influência do Lobby de Israel na política externa americana para o Oriente Médio. Apesar de Obama ter esquentado os termômetros em Washington com a insistente defesa da “solução de dois Estados” para o caso Israel-Palestina, o Lobby seguiria com ampla influência no Capitólio. Muitos manifestos em favor de Israel continuaram sendo aprovados no Congresso, e com grande margem de folga – “*a recent AIPAC-sponsored “Dear Colleague” letter telling Obama to privately coordinate his Mideast diplomacy with Israel (and proposing various conditions on the Palestinians) garnered 76 signatures in the Senate and 329 in the House.*” (WALT, 2009a)

Em 16 de julho de 2009 a reunião de Obama com o Lobby de Israel (leia-se o Aipac), marcou mudanças sutis no discurso de Obama, que indica a dissociação entre os interesses de Washington e Tel Aviv, e a urgência de resolver a questão Palestina, adiantando que irá pressionar os dois lados. Em reação à abordagem “linha dura” do Lobby, o presidente denotaria o estremecimento da relação siamesa entre os países:

ADL [Anti-Defamation League] head Abraham Foxman complained before the meeting that “What troubles me most is a lack of consultation and the need [for the administration] to do things publicly. There’s a [U.S.-Israel] relationship of 60 years and all of a sudden they’re treating Israel like everyone else. I find that disturbing.” In the same vein, Malcolm Hoenlein of the President’s Conference reportedly told Obama at the meeting that differences between the U.S. and Israel should be kept private, and that progress toward peace had only occurred when there was “no daylight” between American and Israeli leaders. (WALT, 2009b)

Embora sejam minoritários, alguns grupos considerados a “ala esquerda do Lobby” dão suporte à posição oficial de “solução de dois Estados”, como o *J Street* e o *Americans for Peace Now*. A resolução da questão Palestina aparece como central na geopolítica do Oriente Médio, sem a qual os EUA não poderiam reverter o anti-americanismo crescente no mundo mulçumano (peça central para contenção do terrorismo), e concentrar forças no problema do projeto nuclear Iraniano.

“A two-state solution wouldn’t solve all U.S. challenges in the region, but it would make it easier to address most of them. It is also the best guarantee of Israel’s long-term future.” (WALT, 2010e) No entanto, os esforços da administração Obama são apenas retóricos e indiretos. Não se pode vislumbrar, no momento, uma mesa de discussão cuja pauta contemple: as fronteiras da Palestina, a situação de Jerusalém Ocidental⁷, refugiados e a remoção de 300.000 israelenses que estão vivendo para além das fronteiras de 1967.

O próprio presidente, em entrevista para a *Time*, em comemoração ao primeiro ano de sua gestão, reconhece que os esforços pelo diálogo entre Israel e Palestina estavam aquém do desejado. Nas palavras de Barack Obama: *“[...] both sides - the Israelis and the Palestinians - have found that the political environment, the nature of their coalitions or the divisions within their societies, were such that it was very hard for them to start engaging in a meaningful conversation”.* (KLEIN, 2010b, p.6)

Para Walt, os EUA estão longe de avançar na realização da proposta de “dois Estados”, e as únicas alternativas a esta seriam *“[...] the ethnic cleansing of millions of Palestinians, the creation of a binational democracy, or some form of apartheid.”* Obama exerce leve pressão sobre Israel e nunca considerou seriamente frear a política de construção de novas casas, denunciando-a como ilegal perante organismos internacionais ou vinculando sua ajuda externa americana. A inação abala a reputação internacional americana e, portanto, seu potencial de influência, o que só alimentaria a escalada terrorista.

As Israel increasingly becomes an apartheid state, its international legitimacy will face a growing challenge. Iran’s ability to exploit the Palestinian cause will be strengthened, and pro-American regimes in Egypt, Jordan, and elsewhere will be further weakened by their impotence and by their intimate association with the United States. It might even help give al Qaeda a new lease on life, at least in some places. (WALT, 2010a)

Prova disso se deu quando o vice-presidente Joe Biden (conhecido por sua simpatia pelo Estado judeu) foi visitar o governo de Tel Aviv, em março de 2010. Em gesto nada amigável, o Ministro do Interior de Israel anunciou a construção de mais 1.600 casas em Jerusalém Oriental, pegando Biden e (supostamente) o próprio Netanyahu de surpresa. Ainda em novembro, o governo tinha aprovado a construção de 900 casas na região e, segundo o jornal israelense *Háaretz*, este é apenas o início, já que o plano envolve 50.000 casas nos próximos anos.

Estas atitudes só comprovam que o governo de Israel nem considera a formalização de um Estado Palestino em seu horizonte:

7 A atual situação de Jerusalém Oriental é especialmente delicada, pois a região está sob domínio israelense desde a Guerra dos Seis Dias em 1967 (cujo legado são fronteiras ilegais perante o direito internacional), e abriga maioria árabe, sendo reivindicada como futura capital do Estado Palestino. Para Netanyahu, Jerusalém pertence a Israel, é indivisível, e não estará como condição em nenhuma negociação de paz.

Netanyahu's speech at Bar Ilan University last June (which marked the first time he uttered the phrase "Palestinian state") it's clear that the only "two-state solution" he will accept is one where the Palestinians get a few disconnected and totally disarmed statelets, with Israel in full control of their borders, airspace, water, and electromagnetic spectrum. And remember that Netanyahu is among the more moderate people in his own coalition. (WALT 2010b)

O anúncio da expansão dos assentamentos deu origem à crise que foi anunciada como a "pior em 35 anos". No debate público, o Lobby fica do lado de Israel, acusando os EUA pela crise que se instalou. Obviamente, grupos como o Aipac e o Winep culpam Obama e sua administração por faltarem com lealdade a Israel. Segundo Mearsheimer,

There will be more crises ahead, because a two-state solution is probably impossible at this point and 'greater Israel' is going to end up an apartheid state. The United States cannot support that outcome, however, partly for the strategic reasons that have been exposed by the present crisis, but also because apartheid is a morally reprehensible system that no decent American could openly embrace. Given its core values, how could the United States sustain a special relationship with an apartheid state? In short, America's remarkably close relationship with Israel is now in trouble and this situation will only get worse. (MEARSHEIMER, 2010)

John Mearsheimer reconhece a importância da pressão exercida por Hillary Clinton sobre Netanyahu após a divulgação da construção das 1600 casas, assim como Obama fizera em 2009 quando interpelou Israel pelo congelamento temporário dos projetos para novos assentamentos nos Territórios Ocupados. Todavia, o autor julga improvável que a gestão democrata rompa com o histórico alinhamento dos interesses norte-americanos com os israelenses, e tanto a atuação do Lobby quanto a não-disposição de Obama para desgastar seu capital político contra Israel estancarão a reavaliação da "relação especial" no plano retórico.

Concluiremos esta seção com os comentários de Stephen Walt na *Foreign Policy* sobre a recente ação militar israelense contra embarcações que levavam ajuda humanitária à Gaza que desafiou o direito internacional⁸, desencadeou a morte de nove ativistas e chocou o mundo todo. Segundo o analista, o incidente revela a deterioração dos pilares estratégicos israelenses, em curso desde 1967. Ao mesmo tempo, dá a Obama a oportunidade de pôr em prática a novíssima Estratégia de Segurança Nacional de seu governo (maio 2010), onde figura central a defesa dos valores americanos e do império da lei na ordem internacional.

More importantly, this latest act of misguided belligerence poses a broader threat to U.S. national interests. Because the United States provides Israel with so much material aid and diplomatic protection, and because American politicians from the president on down repeatedly refer to the "unbreakable bonds" between the United States and Israel, people all over the world naturally associate us with most, if not all, of Israel's actions. (WALT, 2010d)

Na perspectiva de Walt, caso a administração Obama não reaja com assertividade, será julgada como hipócrita, fraca e desqualificada para negociar no Oriente Médio. "And Obama's Cairo speech - which was entitled 'A New Beginning' - will be guaranteed a prominent place in the Hall of Fame of Empty Rhetoric." (WALT, 2010d) Note-se que a "abordagem" israelense à flotilha é subsequente a outro importante fato na geopolítica da região: o acordo entre Irã, Brasil e Turquia relativo ao projeto nuclear iraniano.

Para Walt, este incidente é o teste decisivo para a comunidade "pró-Israel" nos EUA, cujo dever é abandonar seu apoio cego a Israel, que só continuam neste equivocado viés de política externa devido ao apoio dos

⁸ A operação militar israelense ocorreu em águas internacionais, para além do mar territorial de Tel Aviv.

simpatizantes “linha-dura” nos EUA. Em seu tom conspiratório habitual, o autor afirma que “AIPAC spokesmen are already bombarding journalists and pundits with emails spinning the assault, and we can confidently expect other apologists to prepare op-eds and blog posts defending Israel’s conduct as a principled act of self-defense.” (WALT, 2010d) Se o governo Obama tentar responder “devidamente” ao incidente, pode esperar por uma oposição feroz das organizações mais influentes do Lobby de Israel.

Considerações finais

Pudemos concluir a partir da sistematização dos textos selecionados como Walt e Mearsheimer não recuaram em seus principais argumentos, fazendo um balanço conjuntural no qual o Lobby de Israel segue com ampla influência no debate sobre a política externa dos EUA para o Oriente Médio. Ambos atentam, contudo, para a questão da retórica política. Esta sim teria mudado significativamente na gestão democrata e se ainda não surtiu efeitos práticos, estamos para vê-lo devido à radicalização da divergência entre os interesses americanos e israelenses. Como se tem notado, o *establishment* liderado por Obama ruma ao realismo e ao pragmatismo, e se tem algumas amarras idealistas, tende a sublimá-las em favor do interesse nacional. Ora, essa é justamente a postura defendida por Walt e Mearsheimer, ainda que reconheçam pessimistamente que a questão israelense, dentre tantas outras, é especialmente frágil justamente por causa da atividade do Lobby.

Bibliografia

- DEMANT, Peter R.. Com amigos assim quem precisa de inimigos? *Novos Estudos Cebrap*, n.76, nov. 2006, p. 75-101.
- FELDBERG, Samuel. *Estados Unidos e Israel: uma aliança em questão*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
- FINGUERUT, Ariel. Correntes de pensamento na formulação da política externa estadunidense após o fim da Guerra Fria: a equipe de governo de Barack H. Obama em perspectiva comparada. In: AYERBE, L. Fernando (org.) *De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- JUDT, Tony. A Lobby, not a conspiracy. *New York Times*, 19 abril 2006. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/04/19/opinion/19judt.html>
- KLEIN, Joe. (2010a) Starting over: can Obama revive his agenda? *Time*, 21 jan. 2010. Disponível em: <http://www.time.com/time/politics/article/0,8599,1955401-2,00.html>
- KLEIN, Joe. (2010b) Q&A: Obama on His First Year in Office. *Time*, 21 jan. 2010. Disponível em: <http://www.time.com/time/politics/article/0,8599,1955072-1,00.html>
- MEARSHEIMER, John e WALT, Stephen. O Lobby de Israel. *Novos Estudos Cebrap*, n.76, nov. 2006, p.43-73.
- MEARSHEIMER, John e WALT, Stephen. *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*. New York: Farrar, Straus and Goroux, 2007.
- MEARSHEIMER, John. The Lobby Falter. *London Review of Books*, v. 31, n.6, março 2009. Disponível em: <http://www.lrb.co.uk/v31/n06/john-mearsheimer/the-lobby-falters>.
- MEARSHEIMER, John. *Taking sides*. *London Review Blog*, 17 março 2010. Disponível em: <http://www.lrb.co.uk/blog/2010/03/17/john-mearsheimer/taking-sides>
- PETRAS, James. *The power of Israel in the United States*. Atlanta: Clarity Press Inc, 2006.
- PIPES, Daniel. *Democrats, Republicans and Israel*. New York Sun, 26 de maio 2006.
- WALT, Stephen. (2009a) Is the Israel Lobby getting weaker? *Foreign Policy*, 3 de junho 2009. Disponível em: http://walt.foreignpolicy.com/posts/2009/06/03/is_the_israel_lobby_getting_weaker
- WALT, Stephen (2009b). Obama meets the Lobby. *Foreign Policy*, 16 julho 2009. Disponível em: walt.foreignpolicy.com/.../obama_and_the_israel_lobby?

- WALT, Stephen (2010a). Time for George Mitchell to resign. *Foreign Policy*, 22 jan. 2010. Disponível em: walt.foreignpolicy.com/.../time_for_george_mitchell_to_resign
- WALT, Stephen (2010b). Welcome to Israel Mr. Vice-president! *Foreign Policy*, 11 março 2010. Disponível em: walt.foreignpolicy.com/.../welcome_to_israel_mr_vice_president
- WALT, Stephen (2010e). In the fight over settlements, who are Israel's real friends? *The Washington Post*, 21 março 2010. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/03/19/AR2010031901387.html>
- WALT, Stephen (2010c). On "dual loyalty" *Foreign Policy*, 2 abril de 2010. Disponível em: walt.foreignpolicy.com/posts/2010/04/02/on_dual_loyalty
- WALT, Stephen (2010d). Israel latest brutal blunder. *Foreign Policy*, 31 maio 2010. Disponível em: http://walt.foreignpolicy.com/category/one_time_tags/obama_and_the_israel_lobby

Recebido em 25/08/2010

Aprovado em 11/09/2010

Resumo

No contexto dos argumentos desenvolvidos por Stephen Walt e John Mearsheimer sobre o Lobby de Israel, analisamos discursos, reuniões de governo e, principalmente, as reações dos pensadores neo-realistas quanto às pressões pró-israelenses na gestão Obama.

Abstract

Starting from the arguments about the Israel Lobby, developed by Stephen Walt and John Mearsheimer, we'll investigate speeches, official meetings and especially the reactions of these neo-realist thinkers about the pro-Israeli pressure over Obama's Office.

Palavras-chave: Lobby de Israel; política externa americana; Obama

Key words: Israel Lobby; American foreign policy; Obama



Do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné: a busca americana pela segurança energética

From Persian Gulf to Guinean Gulf: the american search to go energetic security

José Alexandre Altahyde Hage*

Meridiano 47 vol. 11, n. 121, set.-out. 2010 [p. 11 a 15]

À guisa de introdução. Os Estados Unidos continuam sendo os maiores consumidores de energia de todo o sistema internacional. É fato de que esse país terá crescente dificuldade de abastecer sua economia, bem como ajudar na segurança energética de parceiros estratégicos. A questão central do petróleo, como dissera Daniel Yergin, é que esse produto contém 90% de política e somente 10% de economia.

Procurando se abastecer de óleo Washington passa a caminhar por outras geografias nem sempre amigáveis ou convenientes. A mais tradicional das áreas produtoras é formada pelos Estados do Oriente Médio, convulsionados por conflitos de todo tipo e donos de algum tipo de antiamericanismo, contra os valores decadentes do Ocidente. A Região do Cáucaso, e Ásia Central, também é interessante, mas seu contratempo é a existência antiga de dois grandes que também querem a mesma coisa: Rússia e China.

Agora sobrou para a África. Mais não toda ela. A atenção vai para o lado ocidental, à primeira vista, Nigéria, Guiné, Angola que são produtoras em fase de crescimento. Apesar de serem Estados instáveis politicamente isso não perturba a Casa Branca, pois a produção africana de petróleo tende a ser promissora – e mais, o óleo é de primeira qualidade. Por isso, este breve artigo gostaria de analisar uma particularidade da política norte-americana para a energia e seu interesse no “continente negro”.

Já se tornou lugar-comum observar que os combustíveis fósseis são bens finitos e geograficamente concentrados. Depositados na faixa de 65% no Oriente Médio, como reservas, o petróleo traz em si a marca do conflito internacional que ocorre justamente pelo fato de ele ser presente, em demasia, nos subsolos de poucos Estados, como Arábia Saudita, Kuwait e Iraque, mas muito utilizado pelos Estados que são grandes potências e dependem amplamente do cru importado para continuar a Sê-lo (Sébille-Lopez, 2006).

Por volta dessa concentração de hidrocarbonetos no Oriente Médio há outros importantes produtores e exportadores, caso da antiga clientela (soviética) russa da Ásia Central, Cazaquistão e Uzbequistão que também explora essa matéria-prima e contribui para que haja formas de se procurar amainar crises por causa de disputas de energia. Quer dizer, aqueles Estados ajudam a aumentar a produção de hidrocarbonetos extra-Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP), como Arábia Saudita e Venezuela, mas acabam servindo de peões para a disputa política que a “renovada” Rússia faz perante seus vizinhos da Europa Oriental, como Ucrânia e Polônia.

Também é comum dizer que a moderna economia capitalista, desenvolvida amplamente na segunda metade do século XX, ganhou ímpeto por causa de duas benesses: a abundância de matérias-primas no geral e a grande quantidade de energia, petróleo e carvão mineral. Abundância de bens que propiciou um dos mais queridos

* Doutor em Ciência Política pela Universidade de Campinas – Unicamp, com estudos pós-doutorais na área de História na Universidade Federal Fluminense – UFF (alexandrehage@hotmail.com).

pilares do capitalismo do pós-guerra, a política do pleno emprego (na maneira do possível) e o barateamento das mercadorias em geral para setores populares e de classe média, uma vez que desse conjunto resulta a economia de massa com finalidade de alto consumo.

Assim, mesmo sendo lugar-comum continua pertinente dizer que a economia da energia, amplamente assentada em combustíveis fósseis, ainda desempenhará muita influência no decorrer do século XXI, apesar de variados esforços nacionais para que ascendam outros vetores energéticos, como a biomassa e o hidrogênio. Vetores, cujos desenvolvimentos são muito custosos financeiramente, mas que podem ser benéficos no longo prazo, sobretudo hidrogênio que para fornecer uma unidade de energia gasta três (Rifkin, 2003).

Sobre um cenário possível há algumas implicações a comentar. As conflagrações político-militares do Oriente Médio ajudam para que a produção local diminua e aumente muito as cotações do óleo cru nas bolsas de Londres e de Nova York em virtude das incertezas que a questão provoca. Por conseguinte, a produção da Rússia, e do Cáucaso, também não dá garantia de que ficará imune aos conflitos internacionais, promovendo tensões de todo tipo nos Estados consumidores da Europa Ocidental.

Por conseguinte, podem-se desenhar conflitos de forma triangular em torno do Oriente Médio e da Ásia Central, já que outras áreas do Globo, produtoras de petróleo, estão sob perspectiva de serem promissoras no futuro ou de estarem em declínio acentuando. Na primeira assertiva vem à mente algumas regiões da África, como o Golfo da Guiné. Na segunda se enquadra a produção do Mar do Norte, iniciada em 1982.¹

O conflito de forma triangular se desenha por causa da concorrência de três grandes da política internacional, Estados Unidos, China Popular e Rússia. Estados cuja estabilidade político-econômica depende de carburantes em demasia. Aquela superpotência é grande produtora de petróleo e carvão mineral, mas sua economia depende em processo crescente de energia importada, já que a produção nacional está diminuindo a passos largos. Washington tende a importar mais de 50% do petróleo que necessita. Por isso, a urgência de buscar óleo em outras áreas nem sempre amigáveis (Simões, 2007).

A China está se tornando voraz consumidora de energia, petróleo e carvão mineral em primeiro grau. Embora haja forte crítica internacional para que o carvão seja desprezado em razão de sua forte emissão de poluentes, mais do que petróleo, ele será muito usado. A China tem relevância na produção de energia, mas a questão é que seu petróleo é de qualidade inferior, pesado, e a economia chinesa cresce ao ponto de fazer com que Pequim se preocupe com estoques futuros para não se comprometer, ainda que ruins.

A Rússia diferencia em princípios técnicos e econômicos das potências acima, mas não politicamente. Isto porque a economia russa não é grande consumidora de petróleo, embora exista muito dele naquele país. Por motivos de conveniência econômica Moscou prefere exportar seu petróleo, ainda mais em períodos de picos de valorização, como ocorreu durante os anos 2004, 2005, 2006 e 2007 quando o cru chegou a custar perto de 150 dólares o barril negociado nas bolsas de Nova York e Londres.

Com efeito, a Rússia prefere exportar petróleo e usar gás natural, que é muito abundante, para uso doméstico. Mas a questão política análoga é que o Kremlin também não deixa de ver no petróleo um trunfo político, para controlar a produção e a emissão do bem e, daí, conseguir meios de continuar financiando a reconstrução de seu poder nacional e procurar manter alguma influência junto aos compradores europeus (Sébille-Lopez, 2006).

Assim, em virtude de complicações variadas na Ásia Central e no Oriente Médio, outras geografias passaram a ser atraentes para a segurança energética norte-americana e chinesa, cada uma dessas potências procurando atrair atenção da África para fins petrolíferos. O que há duas décadas poucos analistas vislumbravam acabou ganhando vulto.

¹ A produção do Mar do Norte contou com apoio econômico dos governos dos Estados Unidos, Reino Unido e Países Baixos. De início, sua produção foi impressionante, pois chegou a superar a da OPEP nos anos 1980, barateando o preço do cru. Mas há cálculos de que aquelas jazidas *offshore* estejam em via de esgotamento (Santos, 2003).

Nos primeiros anos da década de 1990, em que havia muita expectativa de sucesso para os investimentos internacionais aplicados na Europa Orientação, o continente africano não dava sinais de ser interessante economicamente. Por ventura, se o investidor racional tivesse que escolher entre Polônia e Angola boa parte atribuiria escolha à primeira. País europeu, razoavelmente organizado politicamente e com promessas na economia.

Já a África não simbolizava ganhos que o investidor procurava. O continente é muito rico em matérias-primas, mas castigado pela pobreza socioeconômica e caótico politicamente. Parecer que também se transformou em lugar-comum. Contudo, o programa energético do primeiro governo de George W. Bush, em 2000, deixou claro que a tarefa primordial dos Estados Unidos seria a busca de óleo além dos tradicionais fornecedores. Na verdade, aquela plataforma republicana não havia esperado os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 para procurar diversificar seus fornecedores (Sébille-Lopez, 2006)

O vice-presidente Dick Cheney havia se encarregado, como homem do petróleo no Texas, a instituir programa global em que os Estados Unidos utilizariam sua excelência estratégica e militar para fazer com que não faltassem hidrocarbonetos para sua economia. Se haveria atenção para os Estados do Cáucaso também deveria haver para os Estados da África Ocidental, nomeadamente aqueles próximos do Golfo da Guiné, como Nigéria.

A produção africana de petróleo é respeitável, se aproxima da casa dos 12,4% da mundial, cifra que a deixa perto da Arábia Saudita e da Rússia. Dentre os produtores africanos o destaque vai para Nigéria, em primeiro lugar, para Guiné e Angola. Procurando escapar das complicações político-militares das regiões tradicionais Washington vislumbra trabalhar com área que também é conturbada militarmente. De acordo com a contabilidade da British Petroleum (BP) a divisão se encontra desta forma:

Oriente Médio:	31,9
Europa/Eurásia	21,7
América do Norte	15,9
África	12,4
Ásia/Pacífico	9,7
América do Sul/Central	8,5 (Fonte: BP, 2009)

Isso é paradoxal, uma vez que o “continente negro” é salpicado por violências e conflitos de todo o tipo. Mas essas questões parecem não incomodar, de alguma forma, a Casa Branca. Havia começado com o ex-presidente Bush políticas de atração dos produtores africanos. A começar pelo ano de 2000, os Estados Unidos criaram formas de trabalhar mais diretamente com a Nigéria, procurando comprar seu petróleo, bem como se aproximar, de igual forma, de Angola e da Mauritânia, apesar desses dois últimos serem governados sob estilos supostamente contrários ao ideário norte-americano de democracia.

Por outro lado, é sabido que Angola tem governo com tendência à esquerda, que guarda ressentimento em relação aos Estados Unidos por terem apoiado oposição armada, na figura de Jonas Savimbi, líder direitista que fora apoiado por Washington e guardava simpatia da África do Sul durante os anos 1980. Já a Mauritânia havia sido vitimada por golpe de Estado em 2005, empurrando novamente aquele país para a ditadura. Mas se tratando de segurança energética tais questões se tornam menores para os Estados Unidos.

A linha moral do governo Bush não era reta, apresentava corte pragmático, “para os amigos tudo, para os inimigos a lei”. Com o intuito de tirar partido do petróleo africano aquele presidente não condenou o golpe de Estado na Mauritânia nem entrou em pormenores sobre a “democracia” nigeriana que faz do adultério caso de condenação à morte.

O princípio imaginado pelo governo Bush era fazer com que os produtores africanos, conjuntamente, fornecessem perto de 25% do combustível importado pelos Estados Unidos na proximidade de 2015 (Sébille-Lopez, 2006). Para que isso ocorresse de forma conveniente para a Casa Branca o governo teria de instituir políticas de

simpatia e atração. A saber, seria interessante anular a dívida externa dos Estados devedores, bem como aprovar linha de crédito para que aqueles países tivessem meios de investimento.

Continuando na linha da atração e sugestões, coube ao governo Bush fazer com que a Nigéria abandonasse a OPEP, que se sentisse contemplada pela amizade da superpotência. Isso para fazer com que o grande produtor africano não seguisse orientações, às vezes contraproducentes, que os membros do cartel fazem de tempos em tempos. O esforço havia malogrado, pois a elite nigeriana, islâmica, ficaria constangida em deixar órgão majoritariamente influenciado pelos produtores que seguem o Profeta.

Aquela linha de simpatia não vingou. O próprio Congresso norte-americano teve dificuldades de aprovar medidas desse porte. Com dificuldades de promover o estilo *soft power* o governo Bush direcionou então sua manobra para o campo militar, aí sim aproveitando a deixa do 11 de Setembro. Expressando grande preocupação com a rede de terrorismo que poderia incursionar entre os países islamizados da África, como Sudão, os Estados Unidos procuraram unir dois campos de suas preocupações: energético e militar.

Isto porque a lembrança de ataques terroristas é bem recente: ataque em Nairóbi em 1999, saques de petróleo por meio de explosão de dutos e ataques piratas de todo tipo. Por isso a necessidade de resguardar as costas africanas pelas frotas norte-americanas. A própria Nigéria vez ou outra é vitimada por ataques em seus dutos.

Por conseguinte, para fins de administração militar regional os Estados Unidos mantém importante posto na cidade de Stuttgart, Alemanha, onde inspeciona operações em toda a Europa. Aquela cidade alemã é o principal centro de operações da Europa. Para fins administrativos o comando militar que cuida da África é subordinado à Europa. Não deixa de ser interessante a maneira de como se enquadra a posição africana, uma vez que a Armada norte-americana pode vigiar as rotas de petroleiros.

Para o poder americano o petróleo não deixa de ser algo que toca a segurança nacional, a segurança energética que move a economia mais importante na atualidade. Como foi frisado acima os Estados Unidos são grandes produtores de carburantes, mas sua vulnerabilidade se encontra no fato deles consumirem a totalidade do cru que produzem e ainda ter de ajudar, de variadas formas, seus aliados de campanha no Iraque e Afeganistão, como ocorreu com a distribuição do petróleo do Iraque a partir de 2003, contemplando a Itália e a Espanha (Gowan, 2003). A economia norte-americana gasta em torno de 25% de toda a produção mundial de energia (BP, 2009).

Daí ser a África lugar atraente para a indústria petrolífera norte-americana. Contornando as dificuldades locais, guerras civis, violências de todo o tipo etc, Washington procura tirar partido de “novas” amizades, caso de Angola, cuja produção está na casa de um milhão de barris ao dia e da Guiné, com produção acima de 500 mil barris (BP, 2009). Em virtude de serem países com pouco consumo de hidrocarbonetos há possibilidade de eles serem direcionados para exportação, para os Estados Unidos à primeira vista.

À guisa de conclusão. Semelhante ao Oriente Médio e à Ásia Central, Cáucaso, a África pode se transformar em cenário de disputas por causa de seu petróleo. As medidas para que isso seja feito varia de estilo de cada potência que irá jogar seu peso no continente. Os Estados Unidos andam no fio da navalha, visto que sua política migra com facilidade de um comportamento brando para outro mais incisivo e duro. Houve por parte da Casa Branca meios de atrair alguns Estados africanos por modos simpáticos.

Contudo, o malogro dessa prática não faz com que os Estados Unidos abram mão de seu objetivo, o de buscar novas fontes de petróleo, apesar de haver instabilidade política na África. Um novo arranjo político-militar norte-americano para garantir a extração e transporte de petróleo saído de “Estados falidos” deve ganhar vida no futuro. Isto porque sendo o óleo africano, da costa ocidental, de qualidade superior Washington se moverá para fazer com que esse cru não caia facilmente nas mãos de outra potência.

Essa outra potência é a China que há muito procura penetrar nos negócios africanos, não apenas pelo petróleo, mas pelas matérias-primas em geral. Com uma conduta moral menos cínica que a norte-americana Pequim não se dispõe a cobrar posturas adequadas com a democracia e com os direitos humanos. Fazendo negócios com o Sudão, por exemplo, a China se nega a engrossar fileiras que tencionam condenar o governo de Cartum em

virtude de agressões a minorias. Não condena o Sudão nem exige que seus parceiros econômicos façam reformas institucionais à moda do FMI ou do Banco Mundial.

Eis uma disputa de grandes dimensões para o futuro próximo. Estados Unidos e China, cada um com seu estilo, procurando garantir suprimentos de óleo para que suas economias não paralisem. Talvez na briga dos grandes possa haver espaço para o Brasil entrar, não para negociar petróleo, embora a Petrobrás há muito tenha interesses em Angola. O Brasil pode entrar no jogo justamente para mostrar aos africanos que eles também podem adquirir vantagens por meio de combustíveis renováveis, menos dramáticos e politizados que os de origem fóssil – mas nem por isso menos interessante.

Porém, se houver espaço para se perguntar onde entra o real interesse africano ou como sua sociedade, a pobre, pode tirar proveito do grande jogo sino-americano haverá também como demonstrar que aqueles Estados podem escapar da supervalorização do petróleo, como elemento de disputa, para poupá-lo e valorizá-lo ao máximo. Com petróleo e álcool combustível a África tem condições de entrar em nova redenção.

Relação Bibliográfica

BRITISH PETROLEUM STATISCAL REVIEW. Site eletrônico encontrado em http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2008/STAGING/local_assets/2009_downloads/statistical_review_of_world_energy_full_report_2009.pdf. Lido a 18 de agosto de 2010.

GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

RIFKIN, Jeremy. *A Economia do Hidrogênio*. São Paulo, M.Books, 2003.

SANTOS, Edmilson Moutinho. “Petróleo – Quadro Estratégico-Global no Início do Século XXI”. In *Política Externa*. Volume 12, número 1. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. *A Geopolítica do Petróleo*. Lisboa, Instituto Piaget, 2006.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. “Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis: Desafios Estratégicos no Mundo e no Brasil”. In *Política Externa*. Volume 15, número 3. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

Recebido em 20/08/2010

Aprovado em 15/09/2010

Resumo

Este artigo tenciona analisar o interesse que os Estados Unidos estão depositando na África em virtude de seu petróleo e gás natural. É fato bem conhecido que os Estados Unidos consomem 25% de toda a produção mundial, bem como sua procura de diversificar fontes de importação, além do Golfo Pérsico. Este texto tem o objetivo de analisar os meios e razões pelos quais Washington se aproxima de produtores de óleo como o Golfo da Guiné.

Abstract

This paper intends to analyze the American interest about African oil and natural gas. The United States use 25% of the world energy, this fact is very knew. The American government searches change the partner in oil commerce, as the Gulf Persian Countries. This paper has the goal to analyze the way where The United States works to gain the oil from Gulf of Guinea.

Palavras-chave: Segurança Energética; África; Estados Unidos

Key-words: Energetic Security; Africa; United States

Explicando o sistema CCR-ALADI: um caminho possível para a integração financeira e comercial e as intenções do Brasil

Explaining the CCR-ALADI System: a possible path toward financial and commercial integration and the Brazil's intentions

Rodrigo Maschion Alves*

Meridiano 47 vol. 11, n. 121, set.-out. 2010 [p. 16 a 20]

Nos últimos anos, alguns arranjos institucionais de cooperação e participação financeira entre os países da América do Sul estão em processo de consolidação. Tais instrumentos servem para dinamizar o comércio e os investimentos entre os países do entorno. O convênio de pagamentos e créditos recíprocos da ALADI é um deles (CCR-ALADI). É um mecanismo que, como veremos, conseguiu gerar um volume expressivo de investimentos destinados à execução de obras de infra-estrutura e comércio exterior. Defendemos a tese de que se trata de um instrumento estruturado pelos governos da região para consolidar, no médio prazo, a retomada das ações dos Estados enquanto indutores de desenvolvimento econômico regional. Além de ser uma das vias pelas quais são estruturadas as participações e exposições dos recursos do BNDES na América do Sul para o financiamento das obras de infra-estrutura do projeto IIRSA.

No World Investment Report 2010 da UNCTAD, em especial na página 48, existe o reconhecimento explícito de que parte do investimento brasileiro na América do Sul é fomentado pelos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Neste sentido, a UNCTAD destaca que o fomento público para o processo de internacionalização produtiva do Brasil é fundamental para a consolidação da América do Sul enquanto espaço de inserção internacional da economia brasileira. Argumentamos que o papel do BNDES nesse processo tomou contornos expressivos a partir da ascensão do governo Lula da Silva no ano de 2003. O projeto político e diplomático do governo na priorização da integração regional lançou as bases para a reformulação das ações do Banco quanto à internacionalização da economia brasileira. O governo brasileiro sinalizou para os países da região que o sistema BNDES seria um colaborador material efetivo para dinamizar os investimentos nos países vizinhos em propostas integracionistas.

O papel do Estado brasileiro no incentivo às políticas industriais e comerciais, por meio de seus bancos públicos (Banco do Brasil e BNDES), é importante para a integração regional e para a inserção das empresas brasileiras na América do Sul. O mapeamento do investimento externo brasileiro (IBDE) na região, por sua vez, passa por uma discussão da relação entre investimento e comércio exterior no subcontinente. Compreende-se que a América do Sul recobra importância central na pauta exportadora brasileira, notadamente para as exportações de produtos de alto valor agregado: manufaturados e serviços de construção civil são exemplos importantes. O contexto recente do comércio exterior brasileiro denota pontos positivos nos saldos das contas públicas do país e nos próprios ciclos dos negócios internacionais. Sendo assim, as políticas públicas de crédito garantem o adensamento dos efeitos positivos da internacionalização do Brasil na América do Sul. O papel da dinâmica comercial, por sua vez, é central para a compreensão do objetivo da pesquisa.

* Mestre em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas UNESP/Unicamp/ PUC-SP e Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Anhembi Morumbi (ro_alves@hotmail.com).

Exportações por valor agregado e região. FOB US\$ milhões							
Produto/Região	2004	2005	2006	2007	2008	2009	% em 2009
ALADI (Exclui Mercosul)							
Básicos	1.142.811.758	1.270.736.217	2.137.504.501	2.659.896.087	3.925.873.962	2.303.693.883	16,38
Semimanufaturados	399.505.964	571.391.389	810.114.978	812.238.185	991.491.253	688.546.805	4,89
Manufaturados	9.221.277.426	11.727.774.616	14.293.823.727	15.434.824.335	16.392.787.516	11.058.355.617	78,61
Especiais	23.761.089	132.288.368	190.137.848	165.482.468	47.174.934	17.210.294	0,12
Total	10.787.356.237	13.702.190.590	17.431.581.054	19.072.441.075	21.357.327.665	14.067.806.599	100
Mercosul							
Básicos	438.587.650	550.697.036	652.919.342	710.431.762	1.074.418.583	616.909.222	3,90
Semimanufaturados	329.283.288	352.009.831	456.799.677	496.721.785	641.531.988	297.363.099	1,88
Manufaturados	8.137.828.364	10.804.308.151	12.831.696.136	16.114.904.749	20.001.894.151	14.886.176.016	94,04
Especiais	29.202.692	38.996.396	44.413.188	31.518.181	19.463.309	28.498.436	0,18
Total	8.934.901.994	11.746.011.414	13.985.828.343	17.353.576.477	21.737.308.031	15.828.946.773	100,00
EUA							
Básicos	1.699.998.616	2.106.826.564	3.536.662.700	4.870.061.374	6.261.870.098	4.067.922.393	25,85
Semimanufaturados	3.654.317.171	4.272.326.233	21.110.358.817	4.274.816.918	4.930.617.769	2.085.483.480	13,25
Manufaturados	14.984.422.587	16.287.277.213	16.886.203.974	16.054.231.793	16.321.390.558	9.462.972.082	60,12
Especiais	63.975.997	143.145.308	126.060.614	114.475.990	134.221.772	123.234.225	0,78
Total	20.402.714.371	22.809.575.318	24.773.082.131	25.313.586.075	27.648.100.197	15.739.612.180	100,00
União Européia							
Básicos	11.837.978.089	12.993.813.559	13.615.173.322	18.190.070.566	21.697.263.186	16.196.518.071	47,59
Semimanufaturados	2.805.394.434	3.145.666.447	4.437.885.763	5.852.103.313	6.836.749.175	3.839.646.516	11,28
Manufaturados	9.978.589.298	10.849.669.063	12.933.814.966	16.316.957.318	17.641.337.836	13.679.734.548	40,19
Especiais	53.752.482	50.330.845	58.105.697	68.904.452	219.937.131	320.782.974	0,94
Total	24.675.714.303	27.039.479.914	31.044.979.748	40.428.035.649	46.395.287.328	34.036.682.109	100,00
Ásia							
Básicos	7.422.154.027	9.832.696.194	12.207.987.324	14.917.134.305	23.732.805.785	26.068.312.110	64,78
Semimanufaturados	3.884.127.331	4.296.781.180	4.587.696.829	5.978.509.326	8.357.069.201	8.766.104.508	21,79
Manufaturados	3.252.019.309	4.401.739.219	3.967.047.353	4.150.336.772	5.330.801.492	5.354.474.124	13,31
Especiais	18.550.035	34.760.773	53.635.213	40.452.806	60.370.692	50.153.720	0,12
Total	14.576.850.702	18.565.977.366	20.816.366.719	25.086.433.209	37.481.047.170	40.239.044.462	100,00

Fonte: MDIC/SECEX. Dados consolidados pelo autor.

A análise dos dados da tabela indica uma configuração importante acerca da distribuição setorial e geográfica do comércio exterior brasileiro. Como conseqüências diretas, também sinalizam os caminhos da internacionalização produtiva do país. As exportações brasileiras para a ALADI e para o MERCOSUL são concentradas nos produtos manufaturados e industrializados: 78% daqueles para a ALADI e 94% dos para o MERCOSUL. Os EUA e a União Européia absorvem, respectivamente, 60% e 47% das exportações brasileiras de manufaturados dos totais exportados para estes destinos. A Ásia, por sua vez, é a grande consumidora dos produtos básicos e semimanufaturados (respectivamente 67% e 21%) e absorve 13% de manufaturados do total das exportações brasileiras para a região.

A corrente noção da passagem do Brasil de país deficitário para superavitário no comércio exterior a partir do ano de 2000 indica que a flexibilidade cambial foi fator importante no processo. Porém, em 2002 o real deixa de se valorizar e o câmbio não explica o salto comercial brasileiro. As exportações de commodities para a Ásia e as

altas dos preços do aço, dos alimentos e do minério de ferro, a partir de 2005, explicam parcialmente a melhora na balança comercial brasileira. Os dados da tabela abaixo indicam essa observação. Assim, as causalidades externas, como o “boom” exportador para a China, são indicadores importantes nessa análise. No entanto, para os recortes da pesquisa, outras explicações são necessárias: indicamos que os setores industriais intensivos em tecnologia estão conquistando fatias consideráveis do total das exportações brasileiras. Este indicador é salutar para mapear outras origens da internacionalização da economia brasileira. Portanto, as dinâmicas de mercado requisitam uma análise que considere as explicações institucionais ligadas à dinâmica política na América do Sul nos anos 2000. Aí entra a importância do sistema de pagamentos e créditos recíprocos da ALADI (CCR).

Se somarmos os dados sobre as exportações do Brasil para a ALADI e para o MERCOSUL, teremos o número aproximado de 30 bilhões de dólares para o ano de 2009. A Ásia, no total de 40 bilhões de dólares, representa o maior mercado exportador do Brasil, mas com uma forte concentração em produtos básicos e semimanufaturados. Os EUA e a União Européia apresentam valores semelhantes e também na casa dos 30 bilhões de dólares. O dado a ser frisado é que os blocos ALADI e MERCOSUL absorvem a maioria das exportações de manufaturados da carteira brasileira: cerca de 25 bilhões de dólares. Os blocos ALADI e MERCOSUL tiveram aumentados, no transcorrer do século XXI, as suas importâncias para a política externa brasileira. Tal assertiva ganha destaque ao subentendermos que a pauta de exportações para os referidos blocos constitui quadro privilegiado da internacionalização das empresas brasileiras. O Banco Central do Brasil, no seu censo sobre capitais brasileiros no exterior, disponível no seu site oficial, destaca os setores de construção civil, siderúrgico, petrolífero, petroquímico, máquinas e equipamentos e aviação civil como os mais internacionalizados. A ALADI e o MERCOSUL absorvem 90% de exportações brasileiras de manufaturados.

Dentro desta análise, o estudo da Fundação Dom Cabral (2009) sobre o ranking das multinacionais brasileiras atesta a centralidade do comércio exterior enquanto modalidade de inserção internacional da economia brasileira. Segundo o estudo, 45% das entradas das empresas brasileiras nas atividades internacionais são dadas na modalidade de comércio exterior; os projetos greenfields representam 9%; alianças e parcerias 17%; joint venture 7%; aquisição 17%; e fusão 5%. Portanto, e de acordo com a Fundação Dom Cabral, os próprios investimentos diretos são influenciados pelos fluxos comerciais por ser uma modalidade mais rápida e barata de inserção. Esse fato estabelece um indicador da relação entre o IDBE e o comércio exterior brasileiro.

Deve-se lembrar a centralidade da região enquanto prioridade para a relação diplomática brasileira. O estreitamento de relações a partir de 2003 estruturou vários arranjos institucionais de cooperação e de exposição financeira para o fomento do comércio e do investimento. Dentre eles, dá-se ênfase à Corporação Andina de Fomento (CAF) e ao sistema de pagamentos e créditos recíprocos da ALADI (CCR). Nesta lógica, afirmamos novamente que os grupos econômicos brasileiros mais competitivos consolidam a região enquanto mercado consumidor. A diplomacia brasileira vem sedimentando acordos comerciais com novos arranjos institucionais de cooperação e de exposição financeira que proporcionam a execução dos direcionamentos de créditos aportados pelo BNDES.¹

O sistema de pagamentos e créditos recíprocos (CCR-ALADI) é o sistema de pagamentos da ALADI criado no ano de 1982 para garantir ao exportador o recebimento do pagamento de sua venda para o importador de outro país. Neste sistema, cabem aos bancos centrais dos países conveniados oferecerem as garantias aos pagamentos das exportações a partir da estruturação de uma caixa de compensação financeira. Formam parte do sistema: Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai, Chile, Venezuela, Peru e República Dominicana. O objetivo da ALADI é que o mecanismo evolua para uma instituição de cooperação formal entre os bancos centrais dos Estados para dar ensejo a uma sólida integração financeira e monetária regional.²

1 No âmbito interno, vários arranjos institucionais ganharam corpo para financiar as exportações e dinamizar internacionalização das empresas brasileira. Cabe destaque o BNDES-Exim (criado em 1997) nas linhas pré e pós-embarque, as linhas ACC/ACE (usadas para antecipações cambiais) e o PROEX do BB.

2 Ver princípios no site www.aladi.org. Último acesso em 20/08/2010.

Nos anos 1980, o comércio exterior entre os Estados membros da ALADI era compensado necessariamente por meio do sistema CCR. Nessa época, o convênio tornou-se arranjo central para as transações comerciais dos países. Isso ocorreu devido aos acordos que obrigavam os países da ALADI a consolidarem suas transações comerciais dentro dos marcos do mecanismo. Contudo, nos anos 1990 o sistema caiu em desuso devido à internacionalização do sistema financeiro na região. Isso, de certa forma, tornou o mecanismo caro em vista das oportunidades oferecidas pela liquidez internacional e pela própria percepção dos bancos centrais de que tais medidas de garantias de pagamentos não deveriam ser da alçada dessas entidades monetárias. Assim, os bancos centrais abandonaram a obrigatoriedade de usar o sistema CCR nas relações comerciais.

Pela resolução 44 da CAMEX de dezembro de 2003, reduziu-se a cumulatividade dos custos de garantia que emperravam a competitividade das exportações brasileiras para os países da ALADI. Ademais, o Brasil reduziu as restrições para as importações brasileiras cursadas pelo CCR para contrabalançar o equilíbrio das compensações multilaterais e gerar reciprocidades perante os países. Como isso, o CCR tornou-se instrumento chave para o comércio do Brasil com a região e para a participação das construtoras brasileiras nos projetos da IIRSA. Tal arranjo foi recuperado e realimentado pelos esforços da diplomacia do governo Lula da Silva nos marcos da integração sul-americana. O BNDES-Exim concentrou todos os projetos aprovados pela IIRSA e destacou que os mesmos fossem cursados e garantidos pelo sistema CCR. Seguem os dados:

Saldos anuais do Brasil em milhões de US\$ das contas A e B.								
País	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	76.116.629	25.511.169	82.287.534	79.724.373	86.187.775	91.343.353	87.759.564	207.757.664
Bolívia	28.779.242	21.363.465	19.377.071	15.872.830	14.005.262	21.598.689	24.860.480	21.670.690
Colômbia	15.183.035	9.804.925	7.144.688	9.966.925	12.941.877	16.580.680	7.266.089	2.648.938
Chile	63.236.618	54.769.905	66.969.507	54.441.940	-4.603.215	-70.303.757	-101.367.070	-149.643.812
Equador	97.061.475	87.073.317	89.941.866	92.626.739	101.677.985	96.878.126	137.778.460	129.072.481
México	8.964.487	5.364.019	1.390.485	601.348	34.985	2.785.889	406.897	8.887.875
Paraguai	11.152.733	12.304.949	15.772.216	38.476.924	35.396.876	24.669.504	33.262.148	25.144.774
Peru	62.038.244	56.907.277	57.187.539	74.394.050	142.891.901	46.192.002	41.426.445	28.512.893
Uruguai	14.044.924	9.156.354	19.771.331	36.197.360	29.234.143	29.906.791	42.324.549	35.152.359
Venezuela	19.900.503	11.111.255	252.439.761	797.189.348	1.586.183.412	2.568.142.604	2.632.555.779	1.838.314.384
Rep. Dominicana	18.935.875	16.875.574	18.883.775	21.201.784	35.023.625	44.291.023	54.210.981	71.378.943
Total	415.413.764	310.242.209	631.165.774	1.220.693.621	2.038.974.627	2.872.084.903	2.960.484.322	2.218.897.190

Fonte: site da ALADI. Dados consolidados pelo autor.³

Aspecto importante a ser destacado da tabela acima é o crescimento absoluto do saldo comercial do Brasil dentro do sistema CCR. Em 2002 apresentou um total de 415 milhões de dólares; em 2008 o saldo geral chegou perto de 3 bilhões de dólares; e no ano da crise financeira de 2009 atingiu a casa de 2,2 bilhões de dólares. Destacam-se as correntes de comércio com a Venezuela: cerca de 20 milhões de dólares em 2002 e de 2,6 bilhões de dólares no ano de 2008. A Venezuela é o maior parceiro comercial do Brasil para as transações cursadas no sistema CCR que, dentre outras atividades, tem relevo o setor exportador brasileiro de serviços de engenharia e construção civil. A Argentina apresentou um crescimento significativo ao longo da década, indo de 76 milhões de dólares para 207 milhões de dólares em 2009.

Estima-se que o volume do comércio exterior do Brasil no CCR não chega a 2% do total do comércio exterior do Brasil. Embora para o Brasil isso seja pouco, para os países sul-americanos do entorno é bastante significativo.

³ Conta A: exportações brasileiras e transferências financeiras do exterior. Conta B: importações brasileiras e transferências financeiras ao exterior. Contas A e B ajustadas pelos pagamentos antecipados já descontados os juros.

Boa parte dos projetos de infra-estrutura conduzidos pelas empresas brasileiras é pago e garantido pelo CCR. O impacto de uma obra de grande envergadura no balanço de pagamentos de países menores é notório. Os números para a Venezuela são muito distantes dos demais países no comparativo geral: cerca de 90% das exportações brasileiras nos anos de 2008 e de 2009 foram feitas por meio da caixa de compensação. Equador com 5% e Argentina com 3% vêm em seguida.

Sendo assim, é possível perceber os contornos gerais do IDBE, a sua relação com o comércio exterior e a própria interlocução da diplomacia nos arranjos da internacionalização da economia brasileira. Ademais, os dados acima também destacam o grande peso que a estrutura produtiva e comercial do Brasil vem adquirindo na América do Sul. Peso este que, como procura fundamentar esta pesquisa, parte da estruturação de marcos regulatórios e institucionais que viabilizem a maior participação e exposição financeira dos recursos públicos e mesmo privados na região. Nesse sentido, o sistema CCR promove a atração de investidores privados, munidos de empréstimos públicos ou não, que venham a operar na América do Sul nas modalidades de comércio ou investimento externo direto. Para finalizar, devemos frisar a importância do CCR nas relações comerciais entre Brasil e Venezuela, que foram, em certa medida, capitaneadas pela condução política pró-integração do governo Chavez.

Recebido em 27/08/2010

Aprovado em 21/10/2010

Bibliografia

- Fundação Dom Cabral 2009. Ranking das transnacionais brasileiras. Disponível em www.fdc.org.br. Acesso em 25/08/2010.
- UNCTAD (2010). World Investment Report: Investing in a low-carbon economy. New York, Geneva: United Nations.
- Alves, Rodrigo Maschin. A temática financeira na agenda da política externa do governo Lula: o BNDES e o modelo de participação e exposição financeira do Brasil na América do Sul. Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Thiago Dantas (PUC-SP/UNESP/Unicamp). Disponível em www.santiagodantassp.locaweb.com.br. Acesso em 20/08/2010.

Resumo

A política externa brasileira preza pela América do Sul. A concepção de integração do governo Lula presume importância para as políticas públicas de cooperação financeira regional. É necessário construir um arranjo institucional que preze pela transparência, garantias e regulamentações financeiras. O sistema CCR-ALADI responde a esses anseios.

Abstract

Brazil's foreign policy gives attention to the South America region. Lula's concept of integration gives importance to state's financial public policy cooperation. It is necessary to construct an institutional framework regarding transparency, warranties and financial regulation. The CCR-ALADI system fits these demands.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira, integração regional, investimento estrangeiro e BNDES.

Key words: Brazilian Foreign Policy, regional integration, foreign direct investment and BNDES.

China – Década de 1980, abertura para um universo de influência cultural do “Império do Centro”

China – the 80s decade – the opening up to a universe of cultural influence from the Empire of the Center

Paulo Antônio Pereira Pinto*

Meridiano 47 vol. 11, n. 121, set.-out. 2010 [p. 21 a 28]

Há cerca de dez anos, tenho tido o privilégio de contar com este espaço, concedido pela Universidade de Brasília, para exercícios de reflexão sobre minha vivência, entre China, Sudeste Asiático, Taiwan, Índia e, agora, Cáucaso. Peço vênia, nesta oportunidade, para a recapitulação dos “melhores momentos” destes estudos. O primeiro artigo trata do período entre 1982 e 1995, dividido entre Pequim (Brasília), Kuala Lumpur, Cingapura e Manila. Analisa o processo de abertura chinesa, consequências no plano interno e nas relações da RPC com seu entorno imediato, no Sudeste Asiático.

Assim, meus depoimentos se iniciam, a partir da década de 1980, quando começa uma nova fase na história recente da China, com processo de modernização e abertura do país ao exterior, após o período turbulento da Revolução Cultural.

Tanto no plano interno, como no externo, identificam-se, naquele momento, alterações determinadas por condicionantes da forma de pensar chinesa, cuja história é marcada por ciclos que se repetem em resposta a sucessivas novas contradições. Buscam-se, sempre, outros pontos de equilíbrio. O ocorrido na década de 1980 significava o início de nova cena de partida, de um passado recente, que estabeleceu bases para o cenário em vigor na China. Daí, talvez, o interesse quanto à reflexão sobre o que se passou, para o melhor entendimento do que está acontecendo e virá a ocorrer.

Naquele período, cabe ressaltar, não era possível deixar de sentir uma certa tristeza, pelo fato de que havia sido encerrada, na China, uma era de convicção poética maoísta. A partir de 1949, acreditara-se que, em benefício do interesse comum da sociedade, centenas de milhões de pessoas poderiam ser levadas a patamar mais elevado do que o egoísmo individual.

A experiência chinesa de busca de uma sociedade igualitária encantara a muitos. Os países do Terceiro Mundo admiravam sua combatividade e auto-suficiência. Os economistas ocidentais registravam o pleno emprego atingido no campo e invejavam sua força de trabalho disciplinada, na indústria. O exercício de observação diário e o aprendizado da realidade do país, no entanto, indicavam que não se vivera na China, nas três décadas anteriores, tantos motivos de encantamento¹.

* Diplomata. Primeiro Embaixador do Brasil residente em Baku, Azerbaijão. Serviu, anteriormente, como Cônsul-Geral em Mumbai, entre 2006 e 2009 e, a partir de 1982, durante vinte anos, na Ásia Oriental, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura, Manila e Taipé. Na década de 1970 trabalhou, na África, nas Embaixadas em Libreville, Gabão, e Maputo, Moçambique e foi Encarregado de Negócios em Pretória, África do Sul. As opiniões expressas são de sua inteira responsabilidade e não refletem pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores (papinto2006@gmail.com).

1 Tais observações decorrem do fato de o autor ter servido na Embaixada do Brasil em Pequim, no período de 1982 a 1985, quando era leitor assíduo das revistas semanais “Far Eastern Economic Review” e “Asiweek”, editadas, então, em Hong Kong, entre as poucas fontes de informação sobre o que se passava na China.

Na verdade, naquele período, perdurara o elitismo e a corrupção entre os dirigentes do partido e do governo. O lento progresso obtido na economia demonstrara não ser tão fácil, desenvolver-se com os próprios recursos, sem a infusão de investimento, tecnologia ou ajuda externa.

Em suas relações internacionais, sabe-se que a República Popular, desde sua fundação, em 1949, havia mantido um vasto exército e milícias armadas e desenvolvido a bomba atômica. A China tivera conflitos com a União Soviética e Índia e fricções com o Japão, com respeito às Ilhas de Senkaku e com o Vietnã, quanto às Spratlys. Não se tratava, portanto, de país totalmente “amante da paz”, conforme se divulgava em Pequim aos visitantes estrangeiros.

No plano interno, à medida que se conhecia melhor a real situação chinesa, ficavam diminuídos, inclusive, os ganhos considerados, por exemplo, no controle familiar – enorme. No entanto, verificava-se o custo em termos de direitos humanos, na proibição de casamentos antes dos 20 anos e obrigatoriedade de apenas um filho por casal.

Não se quer negar, no entanto, as grandes conquistas do período maoísta, nem os feitos do povo chinês. Um país que, na primeira metade do século XX, fora devastado por guerras internas, encontrava-se, no início da década de 1980, unificado, apesar das crises de liderança resultantes da Revolução Cultural.

Como era possível verificar, a China alimentava e vestia seu povo. Um esforço descomunal fora feito para construir represas, diques e sistemas de irrigação, bem como no sentido da auto-suficiência alimentar. Mas seria isso suficiente? Tais conquistas teriam que ser vistas em perspectiva.

Mao Zedong tornara a “necessidade” em “virtude”, como base de sustentação para política de auto-suficiência. Em grande parte, tratava-se de reação ao fato de que os soviéticos terem cessado toda e qualquer auxílio, a partir de 1960, levando consigo, inclusive as matrizes de fábricas cuja instalação já havia sido iniciada.

O Grande Timoneiro, então, colocou toda sua crença na “genialidade do povo chinês”. Doravante, tudo seria resolvido com a mobilização permanente das “massas”. Daí, surgiriam energias e talentos até então escondidos por sistema social opressivo. Na década de 1960, por exemplo, ampla campanha nacional encorajava simples operários a fazerem sugestões sobre inovações tecnológicas. Exageros evidentes eram noticiados a respeito do aumento de produtividade como resultado de soluções práticas obtidas nos canteiros de obras, campos agrícolas e operadores de máquinas nas fábricas.

O caráter “anticientífico” das práticas maoístas chegou ao apogeu durante a chamada Revolução Cultural, quando professores e alunos foram obrigados a curvar-se diante da “sabedoria” das massas.

Postura semelhante foi adotada nas forças armadas chinesas, onde o conceito maoísta de “guerra popular” baseava-se na premissa de que “homens contavam mais do que máquinas”. Nessa perspectiva, centenas de milhares de soldados de infantaria, com armamento obsoleto, seriam capazes de derrotar um Exército soviético equipado com armas modernas. Mantinha-se, no entanto, a dissuasão nuclear, na medida em que a China não renunciava a sua própria bomba atômica.

Com a derrota do “bando dos quatro”, a China desencadeou outra campanha, desta feita para condenar a viúva de Mao, visando a acusá-la e a seus três cúmplices de Xangai pela maioria dos fracassos e fraquezas dos anos anteriores. Este novo processo implicou, novamente, em notáveis exageros nas acusações. A mensagem, no entanto, era clara: os dirigentes chineses haviam tomado consciência de que suas políticas de auto-suficiência, recusa em aceitar ajuda externa e negativa à aquisição de tecnologia estrangeira haviam reduzido as taxas de crescimento e o progresso em quase todos os setores da economia.

A rejeição da ideologia passada foi feita na forma de pronunciamentos que, gradativamente, desautorizassem o autoritarismo vigente na fase que se encerrava. Enquanto isso, o corpo de Mao Zedong era reverenciado no Mausoléu, em Pequim, com todas as honras devidas ao fundador da República Popular da China. Tratava-se, no entanto, de trazê-lo a proporções humanas.

Começava o processo de estabelecer seu lugar na história, como um grande líder revolucionário, mas como um homem com menor sucesso, quando se tratou de administrar um país. Suas principais preocupações diziam

respeito à eliminação dos dogmas socialistas, agora vistos como impedimento à nova marcha da China, em direção à modernização. O principal responsável pelas alterações na condução das políticas, econômica e social da China, a partir de 1978, e “Novo Timoneiro”, passou a ser o então Vice-Primeiro-Ministro Deng Xiao-Ping.

O julgamento público de Mao, no entanto, tinha dimensões restritas. Todos os erros cometidos no período de radicalização maoísta eram atribuídos a Lin Piao e ao “bando dos quatro”. Para o cidadão chinês, contudo, havia implicações óbvias: não era possível aceitar que toda a culpa fosse atribuída a um traidor e a quatro radicais – na prática, os atuais dirigentes em Pequim estavam admitindo que a “Grande Revolução Proletária Cultural” havia sido um fracasso enorme e custoso. O próprio retorno de Deng Xiao-Ping ao poder, como Vice-Primeiro Ministro já significava uma rejeição eloqüente do julgamento de Mao, que havia dado seu apoio pessoal às duas quedas anteriores de Deng.

Não era possível ignorar, contudo, que Mao tinha razão quanto ao diagnóstico sobre os males que atingiam a China. Assim, de acordo com sua visão, o maior perigo para o país seria o retorno à estagnação imposta pela burocracia do partido e do estado. Suas soluções eram poéticas e imaginativas: uma série de campanhas para mobilizar os intelectuais – “O Movimento de Cem Flores” – a busca de um caminho mais curto para o Socialismo – “O Grande Salto Adiante” – e a provocação de uma “discórdia criativa” entre a juventude do país e a burocracia estatal – “A Revolução Cultural”. Sabe-se, contudo, que Mao não obteve sucesso na criação do “homem socialista”. Ele pediu demais, tanto dos chineses, quanto da natureza humana.

No final da década de 1970, no entanto, todo este processo havia sido esquecido. Ficara provado que, em tese era uma boa idéia encorajar os trabalhadores a pensarem o aumento da produção com seus próprios meios. Na prática, a premissa ideológica, sobre a qual se baseava – a de que a sabedoria está consagrada nos trabalhadores – conduziu a medidas impraticáveis, como por exemplo, a utilização de máquinas antiquadas sendo utilizadas em velocidade inapropiada, provocando acidentes ou resultados negativos.

Com a morte de Mao Zedong e a derrubada do “Bando dos Quatro”, a China poderia, finalmente, defrontar-se com estes fatos negativos e tomar as decisões cabíveis, para superá-los. Havia sido abandonado, no entanto, o fundamento da filosofia maoísta: o “conceito hegeliano” de que a unidade deve ser dividida em duas partes e que cada situação contém em si contradições saudáveis que são necessárias para a luta e o progresso, levando, assim, à noção de luta de classes contínua e revolução permanente².

Segundo Mao, a China não deveria jamais permitir-se cair na complacência da “unidade” e, de acordo com esta filosofia, o “Grande Timoneiro” teve a audácia poética de desencadear uma revolução contra seu próprio governo e partido. O veredito da história será provavelmente o de que, enquanto Mao foi um dos maiores líderes revolucionários, demonstrou ser um governante menos habilidoso, uma vez que sua revolução tornou-se vencedora. Provocou, assim, severas perdas a seu país, enquanto perseguia suas visões utópicas.

Sob nova liderança, Pequim pareceria retomar a abordagem mais tradicional à forma de governança, recuperando a busca filosófica chinesa do “Caminho Real”.

Recordar-se, então, que, desde os primórdios da civilização chinesa, há 4000 anos, às margens do Rio Amarelo, que pensadores buscam equilíbrio e harmonia como forma de governança a ser chamada de “Caminho Real”, quando haveria “ordem social” em que os monarcas exerceriam suas responsabilidades e a população cumpriria seus deveres.

Nas palavras de Confúcio: “Quando um governante faz o que é certo, influenciará as pessoas, sem ordená-las. Quando o governante não faz o que é certo, seus comandos não são obedecidos”. Implícita fica a noção de que, caso a autoridade local não crie condições de governança adequadas ao funcionamento harmonioso da sociedade, os cidadãos podem ignorar o governante.

² Vide “Mao prend le Pouvoir”, por Roland Lew, Éditions Complexe 1981.

No início da década de 1980, portanto, o sentimento dominante era o de que a morte havia “humanizado” Mao Zedong e “desmitificado” a China, que, então, admitia suas limitações no trato com os grandes problemas do país.

Abertura para um Mundo de “Desordem sob os Céus”

Nos anos em que foram registradas as observações acima – entre 1982 e 1985– o cenário internacional era bipolar, com centros de poder em Washington e Moscou. Segundo classificação adotada no Ocidente, o planeta era dividido em “Três Mundos”. Os países industrializados de economia de mercado foram incluídos no Primeiro Mundo. Os de sistema econômico centralmente planejado participavam do Segundo. Os em desenvolvimento eram despachados para o Terceiro.

Durante a fase maoista, no entanto, os chineses tinham uma visão própria do globo terrestre. Este estaria dividido em duas partes antagônicas – a metade que apoiava o bloco soviético e a outra que se opunha, incluindo a China. A política externa da RPC seguia esta rigidez, baseada no pressuposto de que qualquer coisa que pudesse prejudicar os interesses de Moscou seria favorável a Pequim.

Sob a nova liderança de Deng Xiaoping, tornou-se mais pragmática também a postura chinesa no plano externo. Este “último Grande Timoneiro do século XX” – como se referem a ele alguns historiadores – apresentara, a propósito, teoria própria quanto à existência de “Três Mundos”³.

Segundo Deng:

“A julgar pelas alterações nas relações internacionais, o mundo atual consiste de três partes, ou três mundos, que são tanto interconectados, quanto contraditórios. Os Estados Unidos e a União Soviética formam o Primeiro Mundo. Os países em desenvolvimento na Ásia, África e América Latina integram o Terceiro Mundo. Os desenvolvidos – sejam os do mundo capitalista ou do socialista – formam o Segundo Mundo”.

De acordo com o novo discurso chinês, o Sudeste Asiático, já então organizado por sua associação regional ASEAN (na sigla em inglês), representaria, em meados da década de 1970, exatamente o tipo de interlocutor capaz de implementar a cooperação – e refletir as contradições – entre países do Terceiro Mundo e entre estes e o Segundo Mundo, conforme defendido pela China. Assim, em oposição ao congelamento das esferas de influência das superpotências—ambas integrantes exclusivas do Primeiro Mundo imaginado pelos chineses.

Tais desenvolvimentos induziam, desde então, à percepção de que a estrutura de poder bipolar que vinha permeando a região estaria sendo alterada em função de nova “multipolaridade”, na Ásia-Pacífico, onde quatro potências principais – os Estados Unidos, a União Soviética, a China e o Japão – teriam, doravante, sua parcela de influência.

Verifica-se, a propósito, que, desde o início da atual política de modernização da China, na década de 1980, houve desdobramentos que facilitaram o atual avanço do processo de congruência entre a área de influência tradicional da cultura chinesa e uma nova fronteira econômica da RPC.

A crescente regionalização da produção evoluía, de forma que a interação de novas tendências, como a redução nos custos da mobilidade dos fatores de produção e as economias de escala exigidas por processos produtivos crescentemente sofisticados, proporcionavam o surgimento dos chamados “tigres” ou “novas economias industrializadas”. Os efeitos de tais reajustes seriam evidentes no aparecimento de formas de relacionamento

³ “Teng Hsiao-Ping, a Political Biography”, por Chi Hsin. Cosmos Books. Ltd. 1978.

inovadoras, que incluíam diferentes tipos de parcerias entre Japão, novas economias industrializadas no Sudeste Asiático e partes da China.

A emergência de certos países e agrupamentos regionais, sempre de acordo com esta linha de raciocínio, não se deveria a experiências isoladas, mas a fenômeno integrado, que projetaria sobre a área como um todo os benefícios da acumulação de capital e da experiência modernizadora resultante da aplicação prática de novos conhecimentos científicos e tecnológicos⁴.

A estabilidade e o progresso na Ásia-Pacífico passaram a ser entendidos, por setores de opinião, como dependentes, cada vez mais, de processos de cooperação que garantissem a negociação entre suas diferentes culturas. Nesse contexto, despertavam crescente interesse os vínculos históricos entre a China e o Sudeste Asiático.

Isto porque a maioria dos países do Sudeste Asiático compartilha de passado que os inseriu, em maior ou menor escala, em esfera de influência de duas grandes civilizações: a chinesa e a indiana, que interagiram, através dos séculos, com culturas locais. O Budismo, o Islã, o Hinduísmo e o Confucionismo deixaram, assim, marcas profundas que continuam a diferenciar ou aproximar pessoas.

A este mosaico de heranças culturais seculares, somou-se, mais recentemente, o colonialismo europeu que impôs pela força, novos valores e normas de organização e comportamento. A partir do término da Segunda Grande Guerra, os Estados recém-independentes da região foram divididos, pela rivalidade ideológica das superpotências, entre os que serviriam como a vitrine da economia de mercado e os que seguiriam o sistema de planejamento centralmente planejado.

Com a multipolaridade resultante do término da Guerra Fria, ocorreu o recuo das esferas de domínio de Washington e Moscou. Como consequência, no Sudeste Asiático, tornou-se possível o ressurgimento de influências político-culturais antigas, como a chinesa. Hoje, quando se discutem os efeitos da presença avassaladora da cultura de massa, resultante da globalização, os países da área buscam, em sua própria região, marcos de referência que permitam afirmar valores, idéias e crenças, consolidadas através de uma história compartilhada numa geografia determinada.

No Sudeste Asiático, nessa perspectiva, verificou-se a gestação de um novo conjunto de mudanças que afetaram não apenas a economia, através da reorganização freqüente de suas vantagens competitivas, transformações técnico-industriais nas formas de produzir e alterações na organização da sociedade. Tudo isso ocorreu, no entanto, com a preservação de valores culturais que, passando de geração a geração, garantiram uma base de sustentação do modelo que se consolidava.

Tal panorama leva alguns estudiosos, como Léon Vandermeersch⁵, a contribuir para a tese de que existe uma base cultural para avaliar o fenômeno do dinamismo dos países objeto deste estudo. Isto porque, apesar de sua diversidade, em termos de extensão geográfica, população, estágio de desenvolvimento, sistema político e experiência colonial, alguns países do Sudeste Asiático possuem, em comum, conjunto de valores herdados de período de influência cultural chinesa.

Na prática, este processo de complementação/contradição – segundo o pensamento de Deng Xiaoping, citado acima – evoluiu com a busca da construção de sucessivos “building blocks”, a partir da integração do próprio sistema econômico da China. Isto levaria a moldura política regional com forte influência do ordenamento histórico em que, durante séculos, parte da área hoje situada entre Myanmar e Vietnã esteve inserida em grande arco de Estados vinculados ao Império do Centro.

4 Tais observações decorrem do fato de o autor ter servido, no período de 1986 a 1995, no Sudeste Asiático, sucessivamente, nas Embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur, 86-88, Cingapura, 89-90, e Manila, 91-95. Durante estes nove anos, participou de numerosos seminários e conferências em centros de estudos estratégicos destas capitais.

5 “Le Nouveau Confucionisme” – Léon Vandermeersch, *Le Débat* – número 66, septembre-octobre 1991.

Na primeira etapa dessa construção de blocos, logo após ao desaparecimento de Mao Zedong, integrou-se o próprio sistema econômico chinês. Em seguida, foi permitida a abertura de cidades costeiras ao comércio internacional, com a criação das Áreas Econômicas Especiais, onde foram adotadas práticas de economia de mercado dentro de um sistema centralmente planejado mais amplo. Os blocos seguintes foram surgindo ao longo do rio Yantze, até chegar a Xangai, onde se situaria a “cabeça do dragão”⁶.

Gradativamente, houve a consolidação de Hong Kong e Macau no sistema produtivo da RPC. A crescente integração econômica – e futuramente política – com Taiwan será o passo seguinte. A expansão da fronteira econômica chinesa em direção ao Sudeste Asiático será a fase posterior, que está sendo facilitada pela existência, ao Sul da China, de uma rede de indivíduos com origem étnica comum, chamados “chineses de ultramar”, que têm como referência uma mesma identidade cultural. Assim, gradativamente, chegar-se-ia a uma futura congruência entre a área de influência tradicional da cultura chinesa e uma nova fronteira econômica da RPC.

Este último desenvolvimento ocorreria através de um fenômeno de “cross fertilization”⁷, caracterizado por intercâmbio de referenciais de valores, entre aquela área considerada historicamente como situada na periferia do Império do Centro e a RPC.

O conjunto de transformações ocorreu de forma a sugerir, mesmo, a emergência de um novo paradigma regional. Isto porque, por um lado, a existência de uma base cultural chinesa servia de plataforma de sustentação para um processo de cooperação com o Sudeste Asiático.

Por outro, haveria os tipos de contribuições seguintes:

- os países bem sucedidos como a “vitrine do Capitalismo no Sudeste Asiático” – a exemplo de Cingapura – indicariam os rumos para o aperfeiçoamento da “economia socialista de mercado”, com características chinesas, ora buscada pelo programa de modernização da RPC;
- a persistência do Vietnã em manter seu sistema central de planejamento, ao mesmo tempo em que adota “práticas de economia de mercado”, reforça a proposta chinesa de preservar a vertente “socialista” entre as medidas que estão sendo crescentemente adotadas, no programa de modernização da República Popular da China; e
- o esforço de composição constante no sentido da manutenção da harmonia e convivência pacífica entre a população de origem chinesa e os de fé islâmica na Malásia e Indonésia serve como inspiração para exercício semelhante a ser promovido na região central da RPC, principalmente na província de Xinjiang, onde há expressivo contingente de muçulmanos. Outrossim, estende-se a necessidade de relacionar-se com novas Repúblicas, como a do Tajiquistão, onde predomina a mesma religião.

A tese de que estaria em curso tal desenvolvimento considera que, quando se fala em influência político-cultural chinesa, se tem em conta os efeitos dessa herança histórica na ação das sociedades civis, como facilitador do processo da cooperação entre a China e o Sudeste Asiático⁸.

6 O “China Institute of Contemporary International Relations”, em estudo intitulado “China’s Economic Reform and Opening-up”, publicado em abril de 1993, menciona que: “To vitalize the domestic economy and to open it to the outside world are two inseparable and basic parts of China’s economic restructuring and are also an important expression of the socialism with Chinese characteristics. The opening up and development of Pudong Area in Shanghai will make it a “dragon-head” to lead the economic development of the Yangtze Delta and even the whole Yangtze River valley. Shanghai will become a “Hong Kong” on the Chinese mainland and resume its position as one of the international economic, financial and trade centers”.

7 Segundo “The Random House Dictionary of the English Language, Second Edition Unabridged”, “Cross fertilization” pode ser entendido como: “interaction or interchange, as between two or more cultures, fields of activity or knowledge, or the like, that is mutually beneficial and productive”.

8 Pereira Pinto, Paulo Antônio – A China e o Sudeste Asiático, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000.

Não estão sendo consideradas, portanto, iniciativas de “políticas de Estado”. Isto porque, tanto na China, quanto no Sudeste Asiático, o conceito de Estado evoluiu em diferentes estágios, sempre a partir da perspectiva de que o centro de tudo era a figura do dirigente local, desvinculada de um espaço geográfico definido. A concepção chinesa, ademais, sempre atribuiu importância fundamental aos laços sanguíneos, como marco de referência para a soberania do Imperador. As fronteiras eram definidas em termos de população, sem levar em conta limites territoriais.

O interesse quanto à reflexão sobre o tema deve-se à influência que a emergência de um bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções – como o representado pela China e o Sudeste Asiático – exercerá no ritmo de integração e cooperação na Ásia-Pacífico, um dos laboratórios de modernidade do planeta.

Ademais, existe a possibilidade de que laços culturais possam vir a ser fator determinante na expansão de fronteira econômica na área em questão, em oposição ao exercício da força como garantia de esfera hegemônica, conforme ocorrido, com frequência, em outras partes do mundo.

O processo de abertura da China, na década de 1980, portanto, foi facilitado por conjunto de reciprocidades entre a RPC e o Sudeste Asiático, que, ao consolidarem seu relacionamento, desenvolvem projeto regional com agenda de preocupações próprias.

Conclusão

A partir do processo de abertura, na década de 1980, a evolução social na China inicia novo ciclo histórico, em obediência ao paradigma ditado pela tradição chinesa. Nessa sequência, acontecem mais consensos do que compromissos. Há novas “cenas de partida” que se sucedem⁹. A RPC superava, naquele momento, o ponto de equilíbrio alcançado pelo princípio socialista, segundo o qual “de cada um de acordo com suas habilidades e a cada um de acordo com suas necessidades”. Seguindo a tradição confucionista, a busca da estabilidade social deveria, então, recorrer a novos fundamentos.

Segundo especialistas no assunto, Mao não teria sido um líder na concepção de Confúcio. Pois, não abraçou as normas ditadas pela “*li*”, que estabelecem a conduta adequada à ordem social. Teria agido no estilo de um “Macaco Rei”, liberando forças de “*luan*” (desordem e rebelião) para mobiliar a população e manter-se no poder. Assim, na essência do pensamento maoísta se encontrava a rejeição à concepção confucionista de estabilidade. O progresso, para Mao, só poderia ser obtido pela luta contínua e permanente.

Deng Xiaoping, no entanto, personificou o retorno da China à tradição confucionista, no sentido de que caberia ao líder benevolente buscar o caminho certo para a estabilidade, segurança e o estabelecimento de forma de governança que favorecesse o progresso.

Sua liderança proporcionou, também, a consolidação do relacionamento entre a China e o Sudeste Asiático, em função dos laços históricos, mencionados no decorrer do texto, que têm sido capazes de garantir a inserção internacional chinesa atual em universo de influência cultural do antigo “Império do Centro”¹⁰.

Por precaução, cabe seguir identificando se predominam, hoje, na sociedade chinesa, normas ditadas por “*li*” ou se há riscos de “*luan*”.

Recebido em 15/10/2010

Aprovado em 30/10/2010

9 Vide Pereira Pinto, Paulo Antônio, “Iruan nas Reinações Asiáticas”, Editora Age, Porto Alegre, 2004. O autor procura associar sua participação na batalha judicial para o retorno do menor brasileiro Iruan Ergui Wu, retido em Taiwan, ao Rio Grande do Sul, com a forma de negociação cultural com o universo de influência chinesa, do qual a ilha de Formosa faz parte.

10 Denominação usada pelos chineses de outrora para definir sua posição hegemônica na Terra.

Resumo

O artigo trata da China dos últimos trinta anos, a partir de sua abertura econômica. Relata as dificuldades de integrar-se economicamente ao mundo e de se relacionar politicamente com seus vizinhos.

Abstract

The article deals with China over the last thirty years since its economic opening. It describes the country's difficulties to integrate itself in the world economy and to establish a political relationship to its neighbors.

Palavras chaves: China, Sudeste Asiático, integração regional

Key words: China, Southeast Asia, regional integration

